

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

Através da presente, os membros efetivos do Conselho de Administração e da Diretoria da SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A. (“Companhia”) encaminham para apreciação dos acionistas, em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada no próximo dia 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, em primeira convocação, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 6.404/76; os documentos e matérias a seguir descritas.

A) Em Assembleia Geral Ordinária:

1) **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;**

2) **Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, e distribuição de dividendos;**

2.1 Tendo em vista que do Lucro Líquido apresentado no exercício de 2012, no valor de **R\$99.889.645,56 (noventa e nove milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)**, já se acham deduzidas as provisões para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, os membros do Conselho de Administração informam destinação prioritária da Reserva Legal e propõem as demais destinações:

2.1.1 **R\$192.869,53 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos)**, para Reserva Legal;

2.1.2 **R\$99.696.776,03 (noventa e nove milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e seis reais, três centavos)**, para as demais destinações descritas conforme item 2.1.4 abaixo.

2.1.3 Ratificar o pagamento de juros sobre capital próprio, a ser efetuado no decorrer do exercício de 2013, como adiantamento de parte dos dividendos obrigatórios, no valor total bruto de **R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais)**, conforme deliberado pelos membros do Conselho de Administração, em 28 de dezembro de 2012, com retenção de 15% (quinze por cento) a título de imposto de renda na fonte, de acordo com a legislação aplicável;

2.1.4 Destinar o somatório (i) de **R\$99.696.776,03 (noventa e nove milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e três centavos)**, relativo ao saldo remanescente dos lucros, acrescido de (ii) **R\$24.386.878,79 (vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e nove centavos)**, provenientes da reversão da reserva de contingência para reforço do capital de giro constituída pelas AGOs, realizada em 30 de abril de 2003, de 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2012; e, ainda, de (iii) **R\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil de reais)**, relativo à reservas constituídas pela AGO de 30 de abril de 2012, e não realizadas; totalizando assim, em 31 de dezembro de 2012, o montante de **R\$141.583.654,82 (cento e quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e dois centavos)**, a seguinte destinação:

- a) **R\$11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais)** para aplicação em investimento em sociedades controladas e/ou coligadas, ou ainda, na aquisição de outras empresas, mediante subscrição de capital a ser deliberado e efetivado no curso do exercício de 2013;
- b) **R\$1.000.000,00 (um milhão reais)** para investimentos na migração tecnológica da área técnica da Empresa e consolidação do projeto de “Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Sistemas de Gestão Corporativa”, iniciado em 2009, com o objetivo de otimizar custos da **Companhia**;
- c) **R\$16.911.082,66 (dezesseis milhões, novecentos e onze mil, e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos)** para reforço e preservação do capital de giro da **Companhia**, por conta de inadimplências de terceiros nos serviços prestados;
- d) **R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)** para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da **Companhia**;
- e) **R\$80.072.572,16 (oitenta milhões, setenta e dois mil, quinhentos e dois reais e dezesseis centavos)**, para distribuição a título de dividendo aos acionistas, que se dará ao longo do exercício de 2013, conforme previsto no Estatuto Social e já aprovado pelos membros do Conselho de Administração.
- f) **R\$ 17.100.000,00 (dezessete milhões e cem mil de reais)**, relativo a 97,7% da reserva constituída pela AGO de 30 de abril de 2012, e não realizada, para capitalização, conforme matéria extraordinária desta assembleia.
- 3) **Eleger os membros do Conselho de Administração, que terão mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária em 2014, e fixar o montante da remuneração dos administradores;**

3.1 Para compor o Conselho de Administração da Companhia:

- a) **Jaime Rotstein**, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CONFEA-CREA/RJ sob o nº 200164213-0 e CPF sob o nº 003.520.127-49, residente e domiciliado na Rua Leôncio Corrêa, nº 273, Bairro Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.450-120;
- b) **Cristina Coelho Madeira de Freitas**, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CRO/RJ sob o nº 10.387 e no CPF/MF sob nº 665.812.147-87, residente e domiciliada na Rua Almirante Guilhem, nº 404, apartamento nº 701, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.440-000;
- c) **Carolina Rotstein Schor**, brasileira, solteira, empresária, portadora da carteira de identidade nº 26581194-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 087.091.507-06, residente e domiciliada na Rua Almirante Guilhem, nº 454, bloco 2, apartamento nº 1.204, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.440-000.

3.1.2 Caso os membros, acima indicados, sejam aprovados e reeleitos pelos acionistas, serão empossados mediante assinatura do competente termo em livro próprio.

3.2 Para remuneração global mensal dos Administradores:

3.2.1 Propõem aos acionistas a fixação do montante global mensal de **R\$150.000,00** (cento e cinquenta mil reais), para remuneração dos Administradores, ficando a critério e a cargo do Conselho de Administração a sua distribuição.

B) Em matéria de Ordem Extraordinária:

1) Deliberar sobre o aumento de capital, sem distribuição de novas ações, no valor de **R\$17.100.000,00 (dezesete milhões e cem mil reais)**, mediante capitalização de reservas constituídas pela AGO de 30 de abril de 2012.

2) Deliberar sobre a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia.

Assuntos legais:

A seguir, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da **Companhia**, pelo **Presidente** abaixo signatário, informaram que foram cumpridas todas as exigências legais e formais para realização desta Assembleia Geral, em especial quanto à apresentação dos Anexos I e II, contendo as informações exigidas na Instrução CVM nº 481/09, em seus artigos 9º, inciso II e 12, inciso II, que são apresentadas, novamente, neste momento, aos acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2013.

Jaime Rotstein
Presidente

ANEXO I
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R – **R\$ 99.889.645,56 (noventa e nove milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).**

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

R – **Juros sobre Capital Próprio**

R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil de reais) correspondendo a um valor bruto total por ação de R\$ 1,33685246598010 por ação ordinária; R\$ 1,47053771257810 por ação preferencial Classe “A” e R\$ 1,47053771257810 por ação preferencial Classe “B”.

Este benefício será pago em até 05 (cinco) parcelas, cujos valores e datas dos respectivos pagamentos ficarão a critério da Diretoria, conforme permitir a disponibilidade de caixa da empresa, conforme autorizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28/12/2012.

Dividendo

R\$ 80.072.572,16 (oitenta milhões, setecentos e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos), correspondendo a R\$ 30,584347 por ação ordinária; R\$ 33,642782 por ação preferencial Classe “A” e R\$ 33,642782 por ação preferencial Classe “B”, para distribuição a título de dividendo aos acionistas, que se dará ao longo do exercício de 2013, conforme previsto no Estatuto Social e já aprovado pelos membros do Conselho de Administração.

Este pagamento será proposto na AGO convocada para 30/04/2013, ficando, a critério da Administração, definir o número máximo de parcelas, os valores e datas dos respectivos pagamentos, bem como a data da posição acionária, conforme permitir a disponibilidade de caixa da empresa.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

R – Percentual distribuído = 77,45%.

OBS: Lucro após reversão do JCP = R\$103.389.645,56.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

R – Não houve distribuição de exercícios anteriores

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

R -	Tipo	Quantidade de Ações	Dividendo por Ação
	ON	856.000	R\$ 30,584373
	PA	784.600	R\$ 33,642782
	PB	817.300	R\$ 33,642782

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

R – Todas as informações relativas a este pagamento, caso venha a ser aprovado pela AGO convocada para 30/04/2013, serão definidas e oportunamente divulgadas pela Administração.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

R – Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio, por força de disposição estatutária.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

R – A data de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio serão definidas e oportunamente divulgadas pela Administração, caso venha ser aprovado pela AGO convocada para 30/04/2013.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

R – Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

R – Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

Exercícios (em milhares de reais)					
Discriminação		2012	2011	2010	2009
Lucro		99.890	6.278	5.518	7.387
Ações					
Tipo	Quantidade				
ON	856.000	38,153633997	2,438028560	2,043893801	2,736180411
PA	784.600	41,968997397	2,681831416	2,248283181	3,009798452
PB	817.300	41,968997397	2,6818314163	2,452672561	3,283416493
Total	2.457.900				

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios (em milhares de reais)				
Discriminação		2012	2011	2010
Dividendos		80.072	2.380	1.832
Ações				
Tipo	Quantidade			
ON	856.000	30,584347998	0,908911702	0,699674555
PA	784.600	33,642782029	0,999802873	0,769642011
PB	817.300	33,642782029	0,999802873	0,769642011
Total	2.457.900			
J.C.P.		3.500	3.500	3.700
Ações				
Tipo	Quantidade			
ON	856.000	1,336852465	1,336852465	1,549730140
PA	784.600	1,470537712	1,470537712	1,563818596
PB	817.300	1,470537712	1,470537712	1,408845582
Total	2.457.900			

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R – R\$ 192.869,53 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e três centavos).

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R – 5% sobre o lucro líquido do exercício

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

R – Cada ação preferencial tem direito ao recebimento de dividendos, pelo menos 10% (dez por cento) superiores ao que for atribuído a cada ação ordinária. As ações preferenciais de classe “A” têm direito ao recebimento de dividendos fixos e prioritários, correspondentes a 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor unitário e as de classe “B” conferem prioridade, que será de segundo grau em relação às de classe “A”, na percepção de um dividendo mínimo de 10% (dez por cento), também sobre o respectivo valor unitário.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R – O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

R – Não se aplica

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R – R\$ 33,64278202983 por ação preferencial Classe “A” e R\$ 33,64278202983 por ação preferencial Classe “B”

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

R – R\$ 10,14044265836690 por ação preferencial Classe “A” e R\$ 10,14044265836690 por ação preferencial Classe “B”

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

R – 25% (vinte cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido a todas as ações, obedecidas as prioridades e obedecidos os percentuais mínimos informados a cada ação preferencial tem direito ao recebimento de dividendos, pelo menos 10% (dez por cento) superiores ao que for atribuído a cada ação ordinária. As ações preferenciais de classe “A” têm direito ao recebimento de dividendos fixos e prioritários, correspondentes a 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor unitário e as de classe “B” conferem prioridade, que será de segundo grau em relação às de classe “A”, na percepção de um dividendo mínimo de 10% (dez por cento), também sobre o respectivo valor unitário.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

R – Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente

c. Informar o montante eventualmente retido

R – Não houve retenção de dividendos obrigatórios.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

R – Não houve retenção de dividendos obrigatórios.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

R – Não houve retenção de dividendos obrigatórios

c. Justificar a retenção dos dividendos

R – Não houve retenção de dividendos obrigatórios

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

- R – O montante destinado à reserva de contingências é de R\$ 16.911.082,66.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
R – Inadimplência de clientes na esfera federal e estadual, em contratos iniciados em 2011 e 2012.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
R – A Companhia possui diversos contratos com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e por conta das possíveis perdas nas receitas de royalties de petróleo, os pagamentos aos fornecedores foram congelados pelo governador.
- d. Justificar a constituição da reserva
R – Suportar possíveis perdas decorrentes de inadimplência.
13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar
- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
R – Não houve constituição de reserva a realizar.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
R – Não houve constituição de reserva a realizar.
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias
- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
R – Artigo 35: A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, apresentará proposta à Assembleia Geral quanto à destinação a ser dada ao lucro líquido, apurado após o atendimento às deduções exigidas pela lei e determinadas neste Estatuto.
Parágrafo Único: A proposta da Diretoria deverá destinar o lucro líquido na seguinte ordem:
a) uma parcela de 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até que este atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b. Identificar o montante destinado à reserva
R – O montante destinado à reserva estatutárias R\$ 192.869,53.
- c. Descrever como o montante foi calculado
R – O montante corresponde à porcentagem para constituição do fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social.
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital
- a. Identificar o montante da retenção
R – R\$ 27.500.000,00.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2013

Aplicação em investimentos em sociedades controladas e/ou coligadas, ou ainda, na aquisição de outras empresas.	R\$ 11.500.000,00
Investimentos na migração tecnológica	R\$ 1.000.000,00
Futura aquisição de imóvel para ser utilizada como sede própria	R\$ 15.000.000,00
Aplicações	R\$ 27.500.000,00

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R – Não foram constituídas reserva de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação

R – Não foram constituídas reserva de incentivos fiscais

ANEXO II

(ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME PRECONIZA O ART. 9 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.
10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A atuação da Empresa continua pautando-se por um conservadorismo operacional praticado de forma cada vez mais pragmática, possibilitando que o desenvolvimento de suas atividades se faça de forma contínua e sustentada, evoluindo dentro dos parâmetros setoriais de crescimento dos negócios, segundo comprovam estudos estatísticos realizados por revistas especializadas.

Importante registrar que o processo de contínuo crescimento patrimonial da Sondotécnica apoia-se em bases financeiras sólidas, visto que a Empresa, a exemplo de exercícios anteriores, continuou não recorrendo a qualquer forma de alavancagem financeira ou de financiamentos bancários para o desenvolvimento de suas atividades, durante o exercício de 2012.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas

O confronto Patrimônio Líquido x Passivo Total continua mostrando uma estrutura de capital cada vez mais consolidada, traduzida por uma relação superior a 03 vezes.

i. Hipóteses de Resgate

Não há previsão de resgates

ii. Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate

Prejudicada, em consequência da resposta anterior.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os níveis de recursos próprios com que a Empresa atuou em 2012 continuam em patamares elevados de liquidez frente às suas obrigações financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados

Como já explicitado neste documento, o perfil financeiro da Sondotécnica caracteriza-se pela utilização exclusiva de recursos próprios. Acrescente-se que as reservas de caixa da Empresa continuam, a exemplo de 2011, lastreadas em aplicações de comprovada liquidez.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Empresa não apresenta deficiência de liquidez. A geração de caixa resultante do desenvolvimento dos seus negócios, associada a baixos índices de endividamento, propicia a cobertura necessária e tempestiva das suas obrigações.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A Empresa não utiliza recursos oriundos de empréstimos e financiamentos. As obrigações correntes, que constituem o Passivo da Sondotécnica, são inteiramente atendidas com recursos próprios. Ao longo do exercício de 2012, o endividamento da Empresa, comparativamente ao seu Patrimônio líquido, registrou posições ainda mais confortáveis, quando confrontadas com as registradas em 2011. (13,00% para o caso do Passivo Circulante e 20,56% em relação às obrigações registradas no Passivo Não Circulante)

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Empresa não recorre a financiamentos de qualquer espécie, oriundos de instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe qualquer grau de subordinação entre dívidas. Os direitos de recebimento relacionados aos compromissos financeiros da Empresa são iguais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário.

A Empresa não está submetida a quaisquer tipos de limitações relacionadas a endividamento, contratação de novas dívidas, alienação de ativos e emissão de valores mobiliários. Igual princípio se aplica à distribuição de dividendos e à alienação de controle acionário, que estão exclusivamente subordinados à regulamentação estatutária.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Empresa não tem financiamentos contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras (valores em milhares de reais)

Receita Líquida – em 2012, a receita líquida de serviços atingiu R\$ 117.293, que, comparativamente ao exercício anterior, representou uma elevação de 30,68%, não expressando alteração significativa em relação à média do último triênio (7,78%).

Custo dos Serviços Prestados - representaram, em 2012, 31,94% da receita bruta, mantendo a trajetória de queda em relação à receita bruta observada nos dois últimos exercícios.

Lucro Bruto - atingiu, em 2012, o valor de R\$ 27.730, representando uma rentabilidade de 26,78% sobre as receitas brutas. Esse percentual é o mais elevado alcançado pela Empresa nos três últimos exercícios, período em que o perfil já foi de permanente crescimento.

Despesas Operacionais - atingiram, em 2012, R\$18.518, mostrando um perfil diferente do apresentado nos três últimos exercícios, basicamente por conta do crescimento, proporcional, das despesas com pessoal, além da contratação de serviços especializados que visam suportar o crescimento sustentável da empresa.

Lucro Líquido - atingiu, em 2012, R\$, contra R\$ 99.890. Essa redução nominal comparativamente ao exercício de 2010 reflete uma alteração estrutural no perfil dos custos da Empresa, pelas razões já expostas no quesito relativo às Despesas Operacionais.

Análise das Principais Contas do Ativo

- Caixa e equivalente de caixa: em 2012, os valores representativos da conta caixa e equivalentes de caixa atingiu R\$ 18.110, mantendo os níveis históricos registrados pela empresa.

- Faturas a Receber/ Serviços a Faturar: totalizaram, em 2012, R\$ 18.751, montante compatível com o nível de atividade da Empresa no exercício.

- Contas a Receber/Serviços a Faturar: essas rubricas (tomados valores a curto e longo prazo) totalizaram, em 2012, R\$ 175.031 continuaram a ser influenciadas pela cobrança judicial contra a Eletronorte (R\$ 150.056). Além disso, pesa no total dessa rubrica, o montante de Precatório a Receber até o ano de 2014, conforme ação transitada em julgado contra o DER/SP (R\$ 6.801) e Serla R\$ 3.211 (2011 e 2010), totalizando R\$ 10.012 (2012 e 2011).

- Investimentos: atingiram, em 2012, R\$ 2.890, contra R\$ 3.895, portanto, sem alteração significativa de um exercício para o outro. A rubrica continua sendo, basicamente, sensibilizada pela conta de participação em empresas controladas/coligadas (cerca de 92% do total).

Análise das Principais Contas do Passivo

- Dividendos/ Juros sobre capital próprio: o total registrado neste exercício (R\$ 28.641) em comparação ao balanço de 2011 (R\$5.654).

- Contas a Pagar: registraram um montante de R\$ 27.538, com alteração significativa em relação ao exercício de 2012 (R\$ 2.538) devido à provisão de honorários advocatícios de processos judiciais. Valem, para este caso, as mesmas observações registradas anteriormente, quais sejam: “houve desistência da ação contra o Instituto Nacional de Previdência Social, pela adesão ao PAEX-Excepcional, em setembro de 2006. As ações tributárias estão suportadas por depósitos judiciais.”

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes da receita

As receitas geradas pela companhia resultam, exclusivamente, de contratos de prestação de serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nenhum fator relevante a registrar

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os contratos firmados pela Sondotécnica, na sua quase totalidade, contém cláusulas de correção que os protegem contra variações de preços decorrentes do processo inflacionário (correções pela coluna 39 da FGV).

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor
Valem as observações registradas no item “b” acima

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram fatos dessa natureza no período de que trata este documento.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às determinações contidas na Lei das Sociedades por Ações, Normas e Instruções da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Registre-se, ainda, que as demonstrações contábeis para o exercício de 2011 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs. A Companhia adotou todas as normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/12.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A aplicação das normas referidas na alínea precedente não impactou os valores já apresentados nas demonstrações contábeis da Empresa.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve

10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão de moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas nas experiências e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Também a registrar que os serviços a faturar representam direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados.

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os investimentos societários são avaliados pelo método da equivalência patrimonial; o imobilizado registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa, ou exercidos com essa finalidade.

Quanto aos passivos circulante e não circulante, são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

Por fim, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em atendimento à Lei das Sociedades por Ações e às normas da CVM. Compreendem a Sondotécnica Internacional Co., com participação de 100% e a Sondotécnica Tecnologia Ltda., com participação de 96,63%. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre empresas.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia exerce permanente controle, através de um conjunto de normas e procedimentos que vêm sendo continuamente aperfeiçoados, reforçado por um sistema de controles interno – monitorado pelos auditores internos da companhia - que abrangem desde a preparação até a divulgação dos demonstrativos contábeis.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os controles utilizados pela companhia são regularmente avaliados por Auditores Independentes não tendo sido identificadas quaisquer deficiências capazes de afetar a confiabilidade das informações.

10.7 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não aplicável

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não foram detectados, nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quaisquer itens fora do balanço que tenham apresentado, ou possam vir a apresentar, efeitos relevantes sobre os números registrados pela companhia.

i. arrendamento mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica

iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

Não se aplica

iv. contratos de construção não terminada

Não se aplica

v. contratos de recebimento futuros de financiamentos

Não se aplica

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Ver respostas no item 10.8

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não se aplica. Ver respostas no item 10.8

10.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

O plano de negócios da Sondotécnica não contempla investimentos dignos de registro ou quaisquer desinvestimentos capazes de alterar a sua estrutura patrimonial ou a capacidade de geração de receitas da Sondotécnica.

10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor:

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f-g) Datas de Eleição e Posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros Cargos	j) Eleito p/Controlador
Jaime Rotstein	82	Engenheiro	003.520.127- 49	Presidente do Conselho	30/04/2013	Até AGO/2014	Diretor- Presidente	Não
Cristina Coelho M. Freitas	53	Empresária	665.812.147-87	Conselheira	30/04/2013	Até AGO/2014		Não
Carolina Rotstein Schor	29	Empresária	087.091.507-06	Conselheira	30/04/2013	Até AGO/2014		Não

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não se aplica

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer currículo:

JAIME ROTSTEIN – Graduado em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1951 e diplomado pela Escola de Superior de Guerra em 1965. É Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. Ele é o fundador da Companhia (1951), e em sua experiência profissional de mais de 50 anos ocupou várias posições diferentes, entre as quais: membro da Comissão Nacional de Energia, entre 1986 e 1989; membro do Grupo Coordenador de Conservação de Energia (GCCE) e do Programa de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), em representação à Confederação Nacional do Comércio, em 1991; membro fundador da Academia Nacional de Engenharia, também em 1991; Secretário Executivo do Comitê Contrato com o Brasil, movimento promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, associada a outras entidades e clubes de serviço, de 1997 a 1999; Patrono do Programa Memória do Saneamento Ambiental da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, em 1999 e fundador da referida entidade; membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMUDES / Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000; membro do Conselho de Administração da

Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e da BR - Petrobras Distribuidora S.A., de 1999 a 2002; e membro do Conselho Empresarial de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e do Centro Industrial do Rio de Janeiro, a partir de 7 de fevereiro de 2000 até o presente. Agraciado com o título de “Engenheiro do Ano de 2010”, concedido pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

CRISTINA COELHO MADEIRA DE FREITAS – Graduada em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense em 1980. Empresária na área de saúde. Desde 2009 integra o Conselho de Administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S/A.

CAROLINA ROTSTEIN SCHOR – Graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Ingressou no Escritório H.B. Cavalcanti e Mazzillo Advogados em 2002, na área contenciosa cível, onde permaneceu até dezembro de 2006. Empresária do ramo de comércio desde dezembro de 2007. Desde 2009 integra o Conselho de Administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S/A.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores:

Não houve condenações.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

A Conselheira Carolina Rotstein Schor é neta de Jaime Rotstein – Presidente do Conselho e acionista controlador da Companhia.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não se aplica

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não se aplica

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos

comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Sondotécnica está alinhada com o que é praticado no mercado de consultoria de engenharia. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente relacionada com as funções e responsabilidades de cada membro do conselho e diretoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
Remuneração fixa: pró-labore (Conselho de Administração e Diretoria) com o objetivo de diferenciar e reconhecer refletindo o valor de cada cargo.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total Conselho de Administração e Diretoria: 100% remuneração fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
A Assembleia Geral fixa o montante global ou individual da Remuneração dos Administradores, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no Mercado

iv. razões que justificam a composição da remuneração
Vide resposta do item (iii)

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os elementos da remuneração são definidos levando-se em conta as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, competência e reputação profissional.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A companhia não se baseia unicamente em indicadores formais de desempenho para remuneração dos seus administradores.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não se aplica

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Discriminação	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	2010/11/12	Previsto	2010/11/12	Previsto	2010/11/12	Previsto
Número de membros	3	3	5	5	n/a	n/a
Remuneração fixa	24.000,00	24.000,00	n/a	n/a	n/a	n/a
Salário/Pró-labore	24.000,00	24.000,00	1.080.000,00	1.080.000,00	n/a	n/a
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados (Gratificação)	0,00	0,00	480.000,00	480.000,00	n/a	n/a
Participações em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor mensal da remuneração	1.000,00	1.000,00	70.000,00	70.000,00	n/a	n/a
Total	24.000,00	24.000,00	1.560.000,00	1.560.000,00	n/a	n/a

14. Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Discriminação	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	2010/11/12	Previsto	2010/11/12	Previsto	2010/11/12	Previsto
Número de membros	3	3	5	5	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	n/a	n/a	n/a
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

14.1 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica

14.2 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Administradores	Cargo	Ações Detidas Diretamente	Ações Detidas Indiretamente
Jaime Rotstein	Presidente do Conselho de Administração	1.326.652	201.920
Cristina Coelho Madeira de Freitas	Conselheira de Administração	2.001	0
Carolina Rotstein Schor	Conselheira de Administração	2.001	0
Homero Valle de Menezes Côrtes	Diretor	9	0
Fabio Bergman	Diretor	10.006	0
Luiz Antonio Moreira Sant'Anna	Diretor	0	0
José Antonio Mazzoco	Diretor	0	0
Total		1.340.669	201.920

14.3 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

14.4 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica.

14.5 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não se aplica.

14.6 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica.

14.7 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não se aplica.

14.8 Em forma de tabela, indicar, para os 03 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Discriminação	Conselho de Administração	Diretoria
	2010/11/12	2010/11/12
Número de membros	3	5
Valor da maior remuneração individual	1.000,00	30.000,00
Valor da menor remuneração individual	1.000,00	15.000,00
Valor médio de remuneração individual	666,68	18.000,00

14.9 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica

14.10 Em relação aos 03 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica

14.11 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica

14.12 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica

14.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações julgadas indispensáveis encontram-se expressas nos itens anteriores.

ANEXO III

(ANEXO 14 DA INSTRUÇÃO CVM 481/09) AUMENTO DE CAPITAL

1. Informar valor do aumento e do novo capital social:
O aumento do capital social é no montante de **R\$ 17.100.000,00**, totalizando um novo capital social no valor de **R\$ 34.200.000,00**.
2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações:
O aumento será realizado mediante capitalização de reservas de lucros da Companhia.
3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas:
A capitalização da reserva de lucros a realizar torna o capital social da companhia compatível com seu novo porte para os investimentos necessários para o desenvolvimento de novos negócios da Companhia. As consequências jurídicas e econômicas são ordinárias a um aumento de capital sem emissão de novas ações e mediante capitalização de reservas.
4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.
Não aplicável.
5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações, responder do item “a” ao item “s”:
Não é o caso de aumento de capital mediante subscrição de ações.
6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas:
 - a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas:
As ações não têm valor nominal. Ademais, o aumento de capital não implicará na

distribuição de novas ações aos acionistas da Companhia.

b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal:

O aumento do capital mediante capitalização de reserva de lucros não implicará em modificação no número de ações emitidas pela Companhia.

c. Em caso de distribuição de novas ações:

Não aplicável.

d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976:

Não aplicável.

e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível:

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição: a) Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; e b) Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas:

Não é o caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição.